



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Subsecretaria Jurídica

Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde

PARECER/SES/SJ/NATJUS Nº 5484/2024

Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 2024.

Processo nº 0950356-29.2024.8.19.0001,
ajuizado por

, representado por

Cumpre informar que em documento da Defensoria foi pleiteada a **fórmula infantil com restrição lactose** (Nan® Sciencepro S.L.) ou fórmula pediátrica para nutrição enteral ou oral em pó, nutricionalmente completa, hipercalórica e sem lactose (Fortini Plus), contudo não se tratam de fórmulas substitutas, e sim fórmulas para diferentes finalidades.

Diante do exposto, para elaboração deste Parecer Técnico, serão considerados como pleitos a fórmula láctea infantil sem lactose (Nan® Sciencepro S.L.) e a **fórmula pediátrica para nutrição enteral ou oral em pó, nutricionalmente completa, hipercalórica e sem lactose** (Fortini Plus), conforme prescritas em documentos médicos (Num. 155010149 - Págs. 8,9 e10), por entender que se trata do plano terapêutico do Autor.

De acordo com os laudos médicos (Num. 155010149 - Págs. 8, 9 e10), o Autor atualmente com 2 anos e 4 meses de idade (certidão de nascimento - Num. 155010149 - Pág. 2) é portador de **transtorno do espectro autista** (TEA), apresenta quadro de **seletividade alimentar** importante, desde a tentativa de introdução alimentar aos 6 meses, associado a quadro de diarreia crônica, **baixo peso** e **anemia** e dor abdominal ao fazer uso de leite com lactose. Consta a prescrição de **Nan sem lactose** (7 colheres (31g), 8x ao dia e 20 latas mensais) e **fortini plus** (10 colheres (42,7g), 2 x ao dia e 7 latas mensais). Foram citados os códigos da Classificação Internacional de Doenças (CID-10): **F84.0** – Autismo infantil; **E73.9** – Intolerância à lactose não especificada e **E73.1**- Deficiência secundária à lactase.

Informa-se que na **intolerância à lactose**, ocorre uma **incapacidade de digerir o açúcar do leite (lactose)**, geralmente ocasionada pela deficiência de lactase (enzima que digere a lactose), ocasionando **sintomas como distensão abdominal, flatulência, diarreia e dor abdominal**. O manejo desse quadro consiste na redução ou eliminação do consumo de leite e derivados durante toda a vida, podendo haver a sua substituição por versões de produtos lácteos com restrição de lactose¹.

¹ MAHAN, L.K. & SWIFT, K.M. Tratamento Clínico Nutricional para Reações Adversas a Alimentos: Alergia e Intolerância Alimentar. In: MAHAN, L.K., ESCOTT-STUMP, S, RAYMOND, J.L. Krause, alimentos, nutrição e dietoterapia. 13ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier.



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Subsecretaria Jurídica

Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde

Segundo o **Ministério da Saúde**, para crianças na faixa etária do Autor, 2 anos e 4 meses (certidão de nascimento - Num. 155010149 - Pág. 2), uma alimentação saudável deve ser composta por todos os grupos alimentares (feijões, cereais, raízes e tubérculos, legumes e verduras, frutas, carnes e ovos). Com relação ao **grupo do leite**, é indicado o consumo de 2 a 3 porções de 200mL/dia, totalizando 400-600mL/dia, não devendo a alimentação ser predominantemente láctea².

Mediante o exposto, o uso da fórmula infantil sem lactose é viável, pois o Autor apresenta quadro clínico de intolerância à lactose (**CID-10 E73.9 e E73.1**) e diarreia crônica. Para o atendimento da referida recomendação (600mL/dia), seriam necessárias **7 latas de 400g/mês de Nan® Sciencepro S.L**, e não as 20 latas prescritas.

Quanto a prescrição da **fórmula infantil com restrição de lactose** (Nan® Sciencepro S.L.), informa-se que embora tal opção contemple o atendimento das necessidades de lactentes e crianças de primeira infância (0 a 36 meses de idade) com intolerância à lactose, como no caso do Autor, segundo o **Ministério da Saúde e a Sociedade Brasileira de Pediatria, a partir de 1 ano de idade não é imprescindível a permanência do uso de fórmulas infantis**, as quais podem ser substituídas por leite de vaca integral, a partir dessa idade^{3,4}. Dessa forma, considerando tal recomendação e o quadro clínico no Autor, **entende-se que poderia haver substituição da referida fórmula infantil especializada, por leite de vaca integral na versão sem lactose**.

A respeito do uso de **suplemento alimentar industrializado**, ressalta-se que está indicado quando o paciente é incapaz de atingir as suas necessidades energéticas através de dieta oral constituída por alimentos *in natura* ou mediante comprometimento do estado nutricional (risco nutricional ou desnutrição)¹.

Quanto ao **estado nutricional do Autor**, não foram informados os seus **dados antropométricos atuais** (peso e estatura), não sendo possível aplicá-los aos gráficos de crescimento e desenvolvimento para meninos entre 5 e 10 anos de idade, da Caderneta de Saúde da Criança – Ministério da Saúde⁵ e **verificar se o mesmo encontra-se em risco nutricional ou com quadro de desnutrição instalado, bem como avaliar seu status de crescimento/desenvolvimento**.

² Brasil. Guia alimentar para a população brasileira: promovendo a alimentação saudável/Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Coordenação-Geral da Política de Alimentação e Nutrição. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2008.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2024.

³ Sociedade Brasileira de Pediatria. Manual de orientação para a alimentação do lactente, do pré-escolar, do escolar, do adolescente e na escola. 3ª ed. Rio de Janeiro, RJ: SBP, 2012. Disponível em: <http://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/pdfs/14617a-PDManualNutrologia-Alimentacao.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2024.

⁴ BRASIL. Guia alimentar para crianças brasileiras menores de 2 anos. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde, Departamento de Promoção da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2019. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/guia_da_crianca_2019.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2023.

⁵ BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Saúde Materno Infantil. Coordenação-Geral de Saúde Perinatal e Aleitamento Materno. Caderneta da criança: menino: passaporte da cidadania. 5. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2022. 112 p. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderneta_crianca_menino_5.ed.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2024.



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Subsecretaria Jurídica

Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde

Convém destacar que, em documento médico (Num. 155010149 - Pág. 10) foi relatado que o Autor “*aceita como única fonte alimentar nan sem lactose e fortini plus*”, contudo, não foi acostado os **dados antropométricos e plano alimentar habitual do autor**. A ausência dessas informações **nos impossibilita inferir seguramente acerca da quantidade de suplementação nutricional industrializada prescrita, se suficiente ou insuficiente às suas necessidades nutricionais.**

Contudo, considerando que os suplementos nutricionais podem estar indicados mediante comprometimento do estado nutricional, para inferências seguras acerca da indicação de uso e adequação da quantidade da fórmula pediátrica (Fortini Plus) prescrita para o Autor, **permanece a necessidade de informações a respeito dos seus dados antropométricos** (minimamente peso e estatura, aferidos ou estimados): para conhecer o estado nutricional do Autor e possibilitar a realização de cálculos nutricionais, bem como, sobre o seu **consumo alimentar habitual** (alimentos habitualmente ingeridos em um dia e suas quantidades em medidas caseiras ou gramas), para melhor entendimento acerca das suas restrições alimentares e se alimentação ofertada está sendo suficiente ou insuficiente para atingir suas necessidades nutricionais.

Comparando grupos de crianças com e sem TEA, um estudo sugeriu que indivíduos que apresentam sensibilidade sensorial oral e seletividade alimentar podem se beneficiar recebendo tratamento com uma equipe de especialistas multidisciplinar envolvendo fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais e nutricionistas. Nesse contexto, um estudo brasileiro com crianças autistas notou que a experiência com a comida, por meio de oficinas culinárias, permite conexões sensoriais importantes, como cheirar, tocar, lambear, além dos aprendizados propiciados pela interação com o meio/mundo e com seus pares e mediadores das oficinas⁶.

Salienta-se que a prescrição de suplementos e/ou fórmulas nutricionais industrializadas requer a realização de **reavaliações periódicas**, visando verificar a necessidade de manutenção, modificação ou interrupção da intervenção nutricional adotada. Neste contexto, **sugere-se previsão do período de uso da fórmula nutricional prescrita, ou de quando se dará a próxima reavaliação clínica.**

Ressalta-se que a **Nan[®] Sciencepro S.L.** e **Fortini Plus possuem registro** na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Acrescenta-se que, os processos licitatórios **obedecem à descrição do produto e não à marca comercial** bem como à opção mais vantajosa para a administração pública, permitindo a ampla concorrência, em conformidade com a **Lei 14.133/2021**, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.

Participa-se que a **fórmula infantil com restrição de lactose (Nan[®] Sciencepro S.L.)** e a **fórmula pediátrica para nutrição enteral ou oral em pó, nutricionalmente completa, hipercalórica e sem lactose (Fortini Plus)** **não integram**

⁶ Lemes, M. A., Garcia, G. P., Carmo, B. L. do., Santiago, B. A., Teixeira, D. D. B., Agostinho Junior, F., & Cola, P. C.. (2023). Comportamento alimentar de crianças com transtorno do espectro autista. *Jornal Brasileiro De Psiquiatria*, 72(3), 136–142. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/jbpsiq/a/t4CjvXxkH4VvL9qGSZG8MDr/#> >. Acesso em 27 dez. 2024.



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Subsecretaria Jurídica

Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde

nenhuma lista oficial para disponibilização pelo SUS, no âmbito do município e do estado do Rio de Janeiro.

Quanto à solicitação da Defensoria Pública (Num. 155010148 - Págs. 14 e 15, item VII - Do Pedido, subitens “b” e “e”) referente ao fornecimento dos suplementos prescritos “...*bem como outros medicamentos, produtos complementares e acessórios que se façam necessários ao tratamento da moléstia do autor...*”, vale ressaltar que não é recomendado o provimento de novos itens sem apresentação de laudo que justifique a necessidade dos mesmos, uma vez que o uso irracional e indiscriminado de tecnologias pode implicar em risco à saúde.

É o parecer.

Ao 1º Juizado Especial de Fazenda Pública da Comarca da Capital, do Estado do Rio de Janeiro para conhecer e tomar as providências que entender cabíveis.

ERIKA OLIVEIRA NIZZO

Nutricionista
CRN4: 97100061
ID.4216493-1

FABIANA GOMES DOS SANTOS

Nutricionista
CRN4 12100189
ID.5036467-7

FLÁVIO AFONSO BADARÓ

Assessor-chefe
CRF-RJ 10.277
ID. 436.475-02